

A. I. N° - 207112.3005/03-5
AUTUADO - TINTURA PAQUETÁ INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA
AUTUANTE - JOSÉ MARIA BARBOSA
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 29.05.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0185-03/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. MERCADORIA DESTINADA A CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. De acordo com os elementos constitutivos do processo ficou evidenciado que o cancelamento da inscrição foi indevidamente feito pela repartição fazendária de origem. Impossibilidade jurídica de se apenar alguém por erro ou culpa de terceiro. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 18/01/2003, exige ICMS de R\$832,47 em decorrência de mercadorias destinadas a estabelecimento de contribuinte com a inscrição suspensa, cancelada, em processo de baixa, baixada ou anulada.

O autuado ingressa com defesa, fl. 15 e inconformado com a autuação aduz que sempre esteve no mesmo endereço em que funciona há sete anos, que recebe pelos correios o parcelamento que está pagando, pelo que não deve ter havido diligência fiscal para localizá-lo, caso contrário facilmente seria encontrado. Diz que a INFAZ utilizou-se de publicação no Diário Oficial, Editais n^{os} 642039 de 29.11.2002 e 522032 de 27.12.2002, mas que não o lê. Esclarece que é optante do Simbahia, e tem faturamento médio mensal de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Pede a improcedência do Auto de Infração.

Auditor fiscal designado presta a informação fiscal de fls. 24/25, e aduz que da leitura dos autos, especialmente dos documentos de fl. 17, e da pesquisa no sistema de informações da SEFAZ, depreende-se que assiste razão o autuado. Por equívoco, o sistema não processou a alteração de endereço feita pelo contribuinte, que agora se localiza na Avenida Lacerda n° 19, bairro Liberdade, o que motivou o cancelamento pela não localização. Opina pela improcedência do Auto de Infração, pois a empresa estava no direito de comercializar, com base no art. 127, § 2º e art. 153 do RPAF/99.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado na fiscalização de trânsito de mercadorias, em que reclama ICMS relativo à aquisição de mercadorias para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição cancelada no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia.

Da análise dos documentos acostados aos autos, verifico que o autuado teve sua inscrição cancelada de ofício com base no art. 171, I, do RICMS/97, sob o pressuposto de que foi comprovado através de diligência fiscal, de que não exercia atividade no endereço indicado.

Contudo, o auditor fiscal que prestou a informação fiscal, asseverou, principalmente, com base no documento de fl. 17, que o autuado sempre esteve funcionando no endereço que indicou na Inspetoria Fiscal do seu domicílio, e que na verdade houve um lapso no sistema da Secretaria da Fazenda, que não processou a alteração de endereço feita pelo contribuinte, que agora se localiza na Avenida Lacerda nº 19, bairro Liberdade.

Portanto, como o erro nos dados cadastrais do contribuinte foi motivado pela Inspetoria, e não tendo este dado causa ao cancelamento de sua inscrição estadual, entendo que não pode ser apenado.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207112.3005/03-5**, lavrado contra **TINTURA PAQUETÁ INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de maio de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR